

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EDITAIS DE SELEÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

UNIVERSITY EXTENSION IN GRADUATE PROGRAMS SELECTION PROCESSES: A CASE STUDY

Submissão:
09/02/2026
Aceite:
27/05/2026

Fábio Albert Mesquita 1  <https://orcid.org/0000-0001-5297-880X>

Resumo:

Este artigo investiga como as atividades de extensão são compreendidas e valorizadas em editais de seleção de Programas de Pós-Graduação. Desenvolvido na forma de estudo de caso, nos termos de Yin (2001), o estudo realiza uma análise qualitativa de editais dos seis programas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) avaliados com a nota máxima na Avaliação Quadrienal, referente ao ciclo avaliativo 2021-2024. A despeito da heterogeneidade dos modos de organização dos processos seletivos, constatou-se que a etapa referente à análise curricular é o momento em que são pontuadas as atividades de extensão. Ao final da análise, foram identificadas três posturas predominantes em relação ao tratamento da extensão nos editais: i) não inclusão da extensão; ii) inclusão indireta ou residual da extensão; iii) inclusão da extensão em categorias e/ou itens específicos.

Palavras-chave: Extensão; Pós-Graduação; Editais.

¹ Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.
Doutorando em Linguística na Universidade Federal da Paraíba - UFPB fabio.albert@ufpe.br

Abstract

This article investigates how extension activities are understood and valued in selection processes for Graduate Programs. Developed as a case study, following Yin (2001), the study presents a qualitative analysis of the calls for applications of six programs at the Federal University of Pernambuco (UFPE) that received the highest score in the Quadrennial Evaluation for the 2021–2024 assessment cycle. Despite the heterogeneity in the organization of selection processes, the findings indicate that the curriculum vitae evaluation stage is the point at which extension activities are scored. At the end of the analysis, three predominant approaches to the treatment of extension in the calls were identified: (i) non-inclusion of extension activities; (ii) indirect or residual inclusion of extension activities; and (iii) inclusion of extension activities in specific categories and/or items.

Keywords: University Extension; Graduate Programs; Selection Processes.

Introdução

Nos últimos anos, a partir das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, as instituições vêm reunindo esforços para impulsionar o desenvolvimento de atividades de extensão, tendo em vista a necessidade de destinar 10% da carga horária total dos cursos de graduação para ações extensionistas. Esses esforços se tornaram ainda maiores após a publicação da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação (MEC), que estabeleceu diretrizes para a extensão na Educação Superior brasileira e regulamentou a meta do PNE.

Apesar da meta nacional ser relativa à graduação, as discussões sobre a necessidade de inserir e ampliar o alcance da extensão no âmbito da pós-graduação vêm ganhando espaço no cenário brasileiro. Esse debate, conforme observam Silveira e Ferreira (2024), envolve o próprio valor social da pesquisa, pois quando uma investigação científica é orientada para a extensão, ela tende a abordar desafios reais, impulsionar o reconhecimento do valor social da ciência e promover a formação de pesquisadores socialmente engajados. Nessa perspectiva, a própria Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 já abre espaço para essa inserção no parágrafo único do artigo 2º, ao prever que “as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira também podem ser direcionadas aos cursos superiores de pós-graduação, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de educação superior” (Brasil, 2018).

Esforços no sentido de incentivar o desenvolvimento de atividades de extensão nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) já podem ser notados por meio de iniciativas do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por meio da Portaria Conjunta nº 1, de 8 de novembro de 2023, essas duas instâncias instituíram o Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), que busca contribuir para o fortalecimento das

atividades de extensão socialmente relevantes no âmbito da pós-graduação. Além disso, em 2025, o Ministério da Educação publicou o Documento de Referência para articular as práticas de extensão universitária e de participação social, com o intuito de contribuir com a ampliação, fortalecimento e aprimoramento da participação social nas políticas públicas do governo federal nos territórios. Nesse documento, é estabelecida como diretriz para a extensão universitária em participação social a “promoção da participação dos estudantes da pós-graduação e da produção acadêmica” (Brasil, 2025c, p. 20), com vistas a incentivar o engajamento na extensão do corpo discente dos PPGs e a elaboração de teses, dissertações, livros, artigos e demais produtos acadêmicos.

Apesar dessas iniciativas, ainda há grande resistência à prática da extensão nas universidades, explicada, segundo Gadotti (2017), pela persistência de uma visão elitista que historicamente atravessa a educação brasileira como um todo. Somado a isso, conforme assinala Deus (2020), ainda há uma grande percepção de que a extensão se reduz a uma “terceira via” dentro das universidades brasileiras. Em geral, não se costuma ter muita clareza sobre o conceito de extensão dentro das instituições, o que torna difícil a missão de “garantir um percentual de recursos para o seu desenvolvimento na matriz orçamentária das universidades” (Deus, 2020, p. 13).

Diante desse contexto, a fim de contribuir com esse debate, buscamos, neste artigo, analisar de que modo as atividades de extensão são compreendidas e valorizadas em editais de seleção de Programas de Pós-Graduação. Para tanto, realizamos um estudo de caso, nos termos de Yin (2001), a partir de uma análise qualitativa de editais de PPGs da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Este estudo se justifica na medida em que se pressupõe que o modo como a extensão é tratada nesses editais espelha diretamente a forma como os PPGs concebem esse eixo acadêmico.

Além desta seção introdutória, o artigo é composto por outras quatro seções. Na seção a seguir, são realizadas considerações a respeito da inserção da extensão na pós-graduação, por meio da análise de documentos oficiais e das reflexões promovidas por Silveira e Ferreira (2024) e por Casarian e Alcanfor (2025). Na terceira seção, apresentamos notas metodológicas sobre o processo de seleção dos editais e de análise dos dados. Na quarta seção, expomos os resultados dessa análise. Por fim, o artigo se encerra com uma breve seção de considerações finais.

Em busca de uma pesquisa socialmente comprometida: articulações da extensão com a pós-graduação

Embora as universidades realizem suas atividades acadêmico-científicas com vistas à promoção do desenvolvimento social, o cotidiano da vida acadêmica evidencia que ainda há, especialmente no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, um grande desafio na construção de vínculos maiores e mais consolidados com as realidades locais (Casarian; Alcanfor, 2025). Isso acontece porque, muitas vezes, o tempo da pesquisa não acompanha o ritmo acelerado das demandas de outros setores da sociedade. Em alguns casos, os produtos gerados pelas pesquisas podem levar anos para começar a gerar benefícios mensuráveis e perceptíveis. Em outras situações, tal como pontuam Silveira e Ferreira (2024), a própria pesquisa acadêmica encontra dificuldades de se aproximar das necessidades reais da comunidade. Dessa forma, diante desse distanciamento histórico, as instâncias governamentais passaram a pensar em estratégias para ampliar o impacto e a inserção social daquilo que é desenvolvido na pós-graduação, especialmente num cenário global marcado pela disseminação de informações falsas e pelo aumento do negacionismo científico (Brasil, 2025b). Instâncias como a CAPES, por

exemplo, passaram a enxergar que, a partir do momento em que outros setores da sociedade conhecem e entendem a relevância daquilo que é produzido nos PPGs, passam a dar um maior valor e legitimidade social ao conhecimento científico e ao papel da pós-graduação para o desenvolvimento social do país (Brasil, 2025a).

Dentro desse contexto, a extensão universitária é frequentemente apontada como uma das vias para reverter o quadro de desvalorização da ciência e promover a inovação e o diálogo direto entre a pesquisa e os outros setores da sociedade. Por esse motivo, embora historicamente mais ligada à graduação e pouco articulada aos PPGs, a extensão passou a integrar o Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029, que estabelece como um de seus temas centrais a articulação entre o fomento às pós-graduações e as relações dos programas com a sociedade, incluindo o setor produtivo não acadêmico (Brasil, 2025b). Nessa direção, no Objetivo 22.3 da Diretriz 22, o plano prevê a promoção da extensão como parte do processo formativo da pós-graduação, com a participação ativa dos pós-graduandos no planejamento, execução e avaliação das atividades extensionistas, tal como se lê no Quadro 1:

Quadro 1: Objetivo 22.3 da Diretriz 22 do Plano Nacional de Pós-Graduação (2025-2029)

DIRETRIZ 22: Pesquisa Institucionalizada, extensão e inovação, promovidas no âmbito do SNPG, para o fortalecimento da formação de recursos humanos de alto nível, em consonância com as potencialidades e os desafios nacionais	
Objetivo	Recomendações
22.3 Promover a extensão universitária no âmbito da pós-graduação, que contemple as interações com a sociedade em ambientes diversos, com oportunidades de transformação social, no contexto do desenvolvimento sustentável	22.3.1. Incorporar a extensão universitária aos processos formativos da pós-graduação.
	22.3.2. Estimular o papel de liderança do pós-graduando no planejamento, execução e avaliação de atividades de extensão, em conjunto com a formação voltada ao ensino e pesquisa.
	22.3.3. Aproximar, por meio da extensão, a pesquisa, a tecnologia e a inovação das necessidades dos diferentes segmentos da sociedade.

Fonte: adaptado de Brasil (2025b).

Além de aparecer explicitamente nesse objetivo, a extensão também atravessa o documento em outros momentos, tal como na diretriz relacionada à integração da Pós-Graduação com a Educação Básica, na qual se sugere, como ação institucional, o desenvolvimento de editais que estimulem a criação de projetos de extensão vinculados à pós-graduação com foco de atuação em escolas. Outras ações incluem o incentivo à formação de redes de pesquisa e inovação em temas estratégicos, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e o estímulo ao desenvolvimento de ambientes de inovação nas instituições e em seus arredores, a exemplo de parques tecnológicos. O documento também ressalta o papel central da extensão para estimular a atuação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) para além dos muros da universidade e contribuir com a solução de problemas sociais e com a construção de um país mais justo. Nessa direção, o plano considera que a inserção da extensão no SNPG “poderá auxiliar no encaminhamento adequado dos difíceis desafios que a população enfrenta, mesmo vivendo na vizinhança das instituições onde o conhecimento é gerado” (Brasil, 2025b, p. 49).

Podemos dizer, em síntese, que a inclusão dessas diretrizes busca tornar a extensão parte da missão e dos objetivos dos PPGs, juntamente com a pesquisa. O que se espera, portanto, é que os programas e as instituições passem a formalizar as atividades extensionistas em seus documentos internos, tais como regimentos e instrumentos de planejamento, a fim de superar a visão da extensão como uma atividade pontual e individual dentro da pós-graduação e promover sua valorização institucional. Um exemplo concreto e eficaz desse movimento de institucionalização, de acordo com Silveira e Ferreira (2024) é a contabilização da extensão como crédito ou carga horária para os pós-graduandos, reconhecendo essa atividade como parte do currículo dos estudantes. O processo para implementar essas mudanças, porém, implica um esforço coletivo de articulação e de compartilhamento de responsabilidades entre diferentes instâncias e agentes, com vistas a reduzir a sobrecarga docente com o acúmulo de diferentes atividades e promover um engajamento mais fluido, orgânico e articulado nas experiências extensionistas, tal como recomendado no Documento Referencial das Diretrizes Comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (Brasil, 2025a).

Um outro movimento que visa a articulação da pós-graduação com a extensão pode ser observado nas novas diretrizes da Avaliação Quadrienal dos PPGs para o ciclo 2025-2028. Divulgadas pela CAPES em maio de 2025 e válidas para a atribuição de notas em 2029, as diretrizes, além de alterarem a forma como as publicações científicas são classificadas, incluem o impacto social dos PPGs na sociedade como critério de avaliação. Isso significa dizer que passam a ser avaliadas as formas com as quais os PPGs promovem a inserção, a visibilidade e a popularização do conhecimento científico. Além disso, também se valorizam os programas produtores de conhecimentos científicos que resultam em soluções para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e enfrentam desafios concretos da sociedade. Sob esse ponto de vista, a partir dessas novas diretrizes, a extensão é concebida como atividade primordial para promover o diálogo da pesquisa científica com a sociedade, através de ações que qualifiquem o estudante universitário e foquem no atendimento de necessidades sociais, econômicas, tecnológicas e culturais.

Para materializar o que se espera do quesito “Impacto” dos PPGs na sociedade, o já mencionado Documento Referencial das Diretrizes Comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* aponta alguns exemplos de atividades concretas a serem desenvolvidas, separadas em três categorias: i) Inserção; ii) Visibilidade; iii) Popularização da ciência (Brasil, 2025a). Muitos desses exemplos podem ser concretizados por meio da extensão. No Quadro 2, sistematizamos alguns desses exemplos, com as possíveis modalidades de extensão em que as atividades podem se desenvolver:

Quadro 2: Materialização do quesito “Impacto” dos PPGs na sociedade

Categoria	Exemplos	Possíveis modalidades de extensão
Inserção	Parcerias entre Instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa com empresas para o desenvolvimento de novas tecnologias e inovações.	Prestação de serviço; Projeto
	Consultoria científica para tomadores de decisão em políticas públicas, garantindo que decisões sejam informadas por dados e evidências científicas.	Prestação de serviço
Visibilidade	Presença em eventos públicos, como conferências, seminários e programas de TV, onde podem discutir suas descobertas e explicar sua importância para o público em geral.	Evento
	Uso de mídias sociais para divulgar pesquisas de forma acessível e interativa.	Projeto
Popularização da ciência	Museus de ciência, exposições interativas e centros de ciência que promovem a educação científica de forma divertida e acessível para todas as idades	Prestação de serviço; Projeto; Evento
	Programas de rádio, podcasts e vídeos voltados para um público amplo, explicando conceitos científicos de maneira simples e envolvente.	Projeto
	Eventos como a “Semana Nacional de Ciência e Tecnologia” ou “Festa da Ciência”, que organizam atividades, palestras e demonstrações para envolver o público em geral com temas científicos.	Evento; Curso

Fonte: elaboração própria.

Além disso, para que a inserção da extensão na pós-graduação seja efetiva, e não meramente burocrática, espera-se que as instituições superem o modelo acadêmico fragmentado, historicamente focado na produção científica tradicional, e promovam uma efetiva transformação cultural, com a valorização e o fomento da extensão (Casarian; Alcanfor, 2025; Silveira; Ferreira, 2024). Nesse sentido, a reformulação das diretrizes de avaliação dos PPGs busca incentivar que a pós-graduação, por meio da extensão, amplie sua função social e contribua ainda mais para a transformação de territórios e comunidades.

Para “extensionalizar” as pesquisas desenvolvidas nos PPGs, Silveira e Ferreira (2024) alertam que a incorporação da extensão não pode ser realizada a partir da mera adição de uma etapa a mais no processo de pesquisa. Caso seja apenas uma etapa isolada, segundo os autores, a extensão perde o seu caráter transversal, processual e dialógico. Afinal, se a extensão é um processo contínuo, que deve ser indissociável da pesquisa, ela deve estar presente em todas as etapas do desenvolvimento da pesquisa, “transformando-a em uma dimensão que se origina no contexto social, se nutre dele e retorna a ele como um meio de promover transformações” (Silveira; Ferreira, 2024, p. 3). Nessa perspectiva,

espera-se que a extensão se integre organicamente à pesquisa, a fim de criar uma dinâmica de diálogo constante entre a pesquisa e os problemas sociais.

Além de problematizar o processo de pesquisa e fortalecer a capacidade das universidades de atenderem às demandas sociais, a extensão também apresenta potencial de impactar diretamente a formação dos pós-graduandos, na medida em que estimula o desenvolvimento de competências transversais, relacionadas ao pensamento crítico, ao compromisso ético e à capacidade de lidar com problemas complexos e interdisciplinares (Casarian; Alcanfor, 2025). Formados não apenas como pesquisadores, mas também como extensionistas, os pós-graduandos se tornam sujeitos sensíveis a questões globais e se colocam como agentes a favor da transformação social e do compartilhamento de saberes. Deve-se considerar, também, que a pós-graduação é o espaço privilegiado da formação de docentes e técnicos-administrativos das instituições de ensino superior. Sob essa perspectiva, vale transcrever o comentário de Silveira e Ferreira (2024):

[...] é vital que esses programas incorporem elementos relacionados à docência e à atuação dos/das funcionários/as (sejam técnicos/as ou professores/as) nas universidades. A agenda da pós-graduação deve se expandir em direção a uma formação de qualidade para os educadores universitários, que, por sua vez, têm a responsabilidade de abordar a didática dos conteúdos e desenvolver estratégias que estreitem os laços entre a universidade e a sociedade (Silveira; Ferreira, 2024, p. 8).

Também é relevante pontuar que, ao se envolverem com a extensão em suas diversas modalidades (programas, projetos, prestações de serviços, cursos e eventos) e em suas áreas de atuação, os pós-graduandos, além de ressignificarem suas pesquisas, desenvolvem competências e habilidades pedagógicas para atuar na extensão quando se tornarem docentes, num processo de retroalimentação que fortalece a extensão em toda a instituição. Esse desenvolvimento pode se configurar como uma ação institucional estratégica, uma vez que um dos desafios que as instituições enfrentam hoje para promoção da extensão é a falta de docentes com experiências extensionistas em seus processos formativos.

Por fim, além da possibilidade de cada pesquisa ser pensada a partir da extensão e de ser integrada a projetos ou programas, outro caminho efetivo para inserir a extensão na pós-graduação é através de programas de extensão transversais, que articulem mais de um PPG em torno de uma questão social complexa. Conforme salientam Casarian e Alcanfor (2025), por meio dessa interdisciplinaridade e da consequente convergência de várias expertises no âmbito da pós-graduação, as universidades ampliam seu potencial de transformar os resultados acadêmicos em respostas concretas às demandas sociais. Esta é a tônica do já mencionado PROEXT-PG, que procura fomentar ações de extensão que estimulem a interdisciplinaridade por meio da promoção da colaboração entre PPGs.

Notas metodológicas

A investigação realizada neste estudo consiste numa pesquisa documental de caráter qualitativo. Segundo Bowen (2009), o procedimento analítico da pesquisa documental envolve a localização, seleção, interpretação e síntese de dados contidos em documentos, compreendidos como fatos sociais. Aplicável para análises qualitativas, como é o caso desta investigação, a pesquisa documental envolve processos de leitura superficial, leitura profunda e sistematização de dados a partir de categorias analíticas relacionadas às questões centrais da pesquisa. Não se trata, portanto, de uma análise de um compilado de excertos escolhidos arbitrariamente pelo pesquisador para justificar seu ponto de vista, mas de “um processo de avaliação de documentos de modo que seja produzido conhecimento empírico

e seja desenvolvida compreensão” (Bowen, 2009, p. 34, tradução nossa)¹. Nesse processo, é necessário encontrar um equilíbrio entre a sensibilidade do pesquisador e a objetividade no tratamento dos dados.

Para analisar objetivamente o modo como as atividades de extensão são compreendidas e valorizadas em editais de seleção de Programas de Pós-Graduação, tarefa central deste artigo, optamos por analisar editais de uma instituição específica, qual seja, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Realizamos, assim, um estudo de caso, uma vez que buscamos investigar empiricamente, por meio da análise documental, “um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (Yin, 2001, p. 32).

Como etapa preliminar à análise, realizamos a leitura de documentos reguladores oficiais e de artigos sobre a articulação da extensão na pós-graduação. As observações a esse respeito foram apresentadas na seção anterior. Em seguida, para obter um quadro geral dos Programas de Pós-Graduação na UFPE, consultamos, em 05 de dezembro de 2025, os dados disponíveis no Observatório da Pós-Graduação da Plataforma Sucupira², que indicaram a existência de 86 programas de pós-graduação na instituição, considerando apenas os PPGs sem associação com outras instituições.

Dado o grande volume de PPGs da universidade, foi necessário realizar um recorte analítico, sendo estabelecido como critério de seleção as notas atribuídas pela CAPES na última Avaliação Quadrienal, referente ao ciclo avaliativo 2021-2024. Seleccionamos, com isso, os programas com nota 7, nível mais alto da escala de avaliação, atribuído aos programas considerados de excelência pelo alto padrão de qualidade e relevância, de acordo com a classificação apresentada no art. 36 da Portaria CAPES nº 109, de 25 de abril de 2025, que disciplina o processo de avaliação de permanência dos PPGs. Além disso, a fim de analisar documentos produzidos sob uma mesma realidade institucional, consideramos apenas os PPGs cujos editais de seleção foram elaborados por unidades acadêmicas da UFPE, excluindo programas que operam em redes nacionais ou regionais. Chegamos, assim, a um total de seis programas, listados no Quadro 3:

Quadro 3: Programas de Pós-Graduação de excelência na UFPE

Nome do programa	Grande área do conhecimento
Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal (PPGBA)	Ciências Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (PPGCB)	Ciências Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação (PPGCC)	Ciências Exatas e da Terra
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção (PPGEP)	Engenharias
Programa de Pós-Graduação em Física (PPGFISICA)	Ciências Exatas e da Terra
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)	Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: elaboração própria.

¹ No original: “[it is] a process of evaluating documents in such a way that empirical knowledge is produced and understanding is developed”.

² Disponível em: <https://sucupira-v2.capes.gov.br/>. Acesso em: 05 dez. 2025.

Após selecionar os programas, acessamos as páginas eletrônicas institucionais de cada um, a fim de localizar e realizar a leitura dos editais de seleção do corpo discente dos programas para ingresso em 2026, publicados no Boletim Oficial da UFPE. Realizada a coleta dos documentos, constatamos que, no caso do PPGEP, foram publicados editais de seleção diferentes para o curso de mestrado e de doutorado. Dessa forma, a fim de garantir uma homogeneidade dos documentos sob análise, optamos por considerar, em todos os editais, apenas os itens aplicáveis à seleção para os cursos de mestrado.

A partir da leitura integral dos editais, foram mapeados e interpretados os dados relativos à integração da extensão nos respectivos processos seletivos. Nesse sentido, a análise, exposta na próxima seção, foi concentrada nas seguintes categorias: i) presença da extensão em etapa(s) do processo seletivo; ii) valorização das atividades de extensão em termos de pontuação e classificação do candidato.

A extensão como critério avaliativo nos editais

Ao analisar os editais dos seis PPGs selecionados, constata-se, de início, a diversidade de etapas que compõem os processos seletivos. A depender do programa, são incluídas, entre as etapas, prova de conhecimento, análise e/ou defesa de pré-projeto de pesquisa, bem como análise curricular. Além disso, enquanto alguns programas incluem explicitamente a homologação das inscrições como uma das etapas, outros a incluem no cronograma como uma espécie de etapa preliminar, que precede as etapas efetivas do processo. No Quadro 4, sistematizamos a forma de organização dos processos seletivos em cada edital:

Quadro 4: Etapas da seleção de mestrado nos PPGs

Programa	Edital	Etapas de seleção
PPGBA	Edital PPGBA/UFPE nº 02/2025	Homologação das Inscrições Etapa 1 – Análise e defesa do Anteprojeto de Pesquisa Etapa 2 – Análise de Curriculum Vitae
PPGCB	Edital PPGCB/UFPE nº 02/2025	Etapa 1 – Homologação das Inscrições Etapa 2 – Prova de Conhecimento Etapa 3 – Prova de Idioma Etapa 4 – Apresentação e defesa do pré-projeto Etapa 5 – Avaliação do Curriculum vitae
PPGCC	Edital PPGCC/UFPE nº 02/2025	Etapa 1 – Homologação das Inscrições Etapa 2 – Análise do Pré-Projeto de Pesquisa e Avaliação do Curriculum Vitae
PPGEP	Edital PPGEP/UFPE nº 04/2025	Homologação das Inscrições Etapa única – Avaliação do conhecimento do candidato em relação às linhas de pesquisa do programa e análise documental
PPGFISICA	Edital PPGFISICA/UFPE nº 01/2025	Etapa 1 – Homologação das Inscrições Etapa 2 – Avaliação do Curriculum Vitae
PPGSS	Edital PPGSS/UFPE nº 01/2025	Etapa 1 – Homologação das Inscrições Etapa 2 – Análise do pré-projeto de pesquisa Etapa 3 A – Avaliação da apresentação e defesa oral do pré-projeto de pesquisa (presencial) Etapa 3 B - Análise de currículo

Fonte: elaboração própria.

A despeito da heterogeneidade das etapas e de suas respectivas nomenclaturas, foi possível notar que, em todos os editais, há um momento especificamente voltado para a análise curricular. No caso dos editais referentes ao PPGBA, PPGCB, PPGFISICA e PPGSS, essa análise acontece numa etapa própria do processo seletivo. No caso dos editais do PPGCC e PPGEF, tal avaliação é realizada em conjunto com outras análises.

Percebeu-se, também, que a análise de currículo é o espaço privilegiado para a pontuação relativa às atividades de extensão, uma vez que, nos editais, menções à extensão, quando existentes, somente foram constatadas nesse momento da seleção. No entanto, em cada edital, a análise curricular se organiza a partir de itens próprios, com diferentes pontuações. Dessa forma, com o intuito de melhor averiguar como a extensão é valorizada nesses processos seletivos, serão realizados comentários a respeito da tabela de pontuação curricular apresentada em cada edital.

Em relação ao Edital PPGBA/UFPE nº 02/2025, a tabela de pontuação do currículo apresenta um total de 21 itens, sem divisão em categorias. A nota total nessa etapa, segundo o edital, não pode ultrapassar o total de 10 pontos. Entre os itens, foi identificado apenas um único explicitamente relacionado à extensão: participação em programas institucionais ou de agências de fomento de Extensão em Ciências Biológicas (por ano ou proporcional), pontuado em 0,5 ponto por item, numa pontuação máxima de 1,5 pontos. Vale ressaltar que, nesse mesmo item, além de projetos de extensão, também são incluídas as participações em programas de outras naturezas, a exemplo da Iniciação Científica e do Programa de Educação Tutorial. Outro item possivelmente relacionado à extensão consiste na participação em comissão organizadora de eventos na área de Biologia, pontuado em 0,2 ponto por item, numa pontuação máxima de 1 ponto. Além disso, a tabela também pontua a conclusão de cursos de curta, média e longa duração em Biologia. Nota-se, porém, que a pontuação é relativa à conclusão de cursos, e não à organização. Desse modo, entende-se que, ainda que os cursos sejam de extensão, a pontuação é atribuída àqueles que foram participantes, não aos membros da equipe executora. Acerca dos itens assinalados até aqui, chama atenção o fato de que todos se restringem a ações realizadas na área de Biologia. Assim, depreende-se que nem todas as atividades de extensão são pontuadas, mas somente aquelas inseridas no âmbito da Biologia, não havendo previsão de pontuação, por exemplo, para projetos de extensão interdisciplinares. Frisa-se, ainda, que os itens mais valorizados, na tabela, são aqueles relacionados à publicação de artigos científicos, que chegam a pontuar até 3 pontos por artigo e, nos casos em que o candidato é o primeiro autor, não apresentam limite máximo de pontuação em caso de múltiplos artigos.

No Edital PPGCB/UFPE nº 02/2025, por sua vez, a tabela de pontuação do currículo é dividida em cinco categorias com diferentes pesos: i) titulação (peso 2,5); ii) experiência profissional (peso 0,5); iii) atividades de pesquisa (peso 2); iv) produção acadêmica (peso 4); v) atividades de extensão (peso 1). Nota-se, assim, que, tal como acontece no caso do PPGBA, o edital também confere maior valor à publicação de artigos, enquadrada na categoria produção acadêmica. Também se destaca a falta de equiparação entre as atividades de pesquisa e as atividades de extensão, visto que o peso destas últimas equivale à metade do peso conferido às primeiras. Assim, diferentemente do que ocorre no PPGBA, o processo seletivo do PPGCB atribui maior valor à participação em iniciação científica em relação à participação em projeto de extensão. Em relação aos itens pontuáveis nas atividades de extensão, merecem destaque: i) participação em projeto de extensão devidamente registrado, pontuada em 1 ponto por projeto, numa pontuação máxima de 4 pontos; ii) participação em comissões organi-

zadoras de eventos científicos ou de extensão, pontuada em 0,5 ponto por comissão, numa pontuação máxima de 2 pontos; iii) palestrante em eventos científicos e de extensão, pontuado em 0,8 ponto por evento, numa pontuação máxima de 3 pontos; iv) Monitor em minicursos e eventos científicos e de extensão, pontuado em 0,5 ponto por evento, numa pontuação máxima de 2 pontos. Da mesma forma como acontece no edital do PPGBA, também se pontua a participação, como ouvinte, de eventos, cursos e minicursos. Ressalta-se, ainda, que, embora a tabela elenque uma quantidade considerável de itens dentro da categoria “atividades de extensão”, nem todos se enquadram conceitualmente como extensão, a exemplo dos itens “monitoria de disciplina” e “participação em Bancas Examinadoras de Trabalho de Conclusão de Curso”. A presença desses itens dentro dessa categoria indica uma possível falta de clareza no que diz respeito ao conceito de extensão.

Diferentemente do que se constatou nos dois editais anteriores, no Edital PPGCC/UFPE nº 02/2025 não foram localizados itens explicitamente relacionados à extensão entre os critérios de avaliação do currículo. O edital estipula pontuações para atividades da seguinte natureza: i) nota dos históricos (pontuação máxima de 5,5 pontos); ii) produção científica e tecnológica (pontuação máxima de 2 pontos); iii) experiência docente (pontuação máxima de 1 ponto); iv) experiência em P&D&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (pontuação máxima de 1 ponto); v) experiência profissional não docente (pontuação máxima de 0,5 ponto). Entre as atividades enquadradas como “experiência em P&D&I”, o edital inclui, além da iniciação científica, bolsas de P&D&I. Não fica explícito, porém, se bolsas recebidas pela atuação em projetos de extensão poderiam ser enquadradas como espécie desse tipo de bolsa. Com exceção desse caso, não foi possível identificar outras atividades de extensão passíveis de pontuação no edital.

Na mesma linha, o Edital PPGEP/UFPE nº 04/2025 tampouco estabelece itens específicos para a extensão. Os critérios de avaliação da documentação do candidato envolvem: i) titulação (peso de 40%); ii) atividades de iniciação científica na graduação (peso de 40%); iii) produção científica (peso de 15%); iv) outras atividades de pesquisa (peso de 5%). Dentro da última categoria, o edital prevê a inclusão, a título exemplificativo, de atividades acadêmicas como monitoria, certificação em língua inglesa e participação em grupos de pesquisa. Embora não explicita a participação em projetos de extensão, pode-se depreender que as atividades de extensão estariam incluídas nesta categoria residual. Destaca-se, contudo, que a pontuação dessa categoria representa apenas 5% da nota atribuída nesta etapa do processo seletivo. Assim, ainda que possa incluir atividades de extensão, há grande disparidade entre o peso atribuído à extensão e o referente à iniciação científica, por exemplo.

Relativamente ao Edital PPGFISICA/UFPE nº 01/2025, a avaliação curricular não inclui qualquer item relacionado a atividades de extensão. A tabela apresentada no documento contempla itens relacionados a apenas três categorias: i) titulação (peso 8,0); ii) atividades de pesquisa (peso 1,0); iii) produção acadêmica (peso 1,0). As atividades pontuadas são relativas ao desempenho acadêmico em disciplinas e exames, iniciação científica, monitoria, publicação de trabalhos e recebimento de premiações. Em nenhuma delas, as atividades descritas envolvem atividades de natureza extensionista.

Por fim, quanto ao Edital PPGSS/UFPE nº 01/2025, observa-se, de início, que a pontuação referente à análise curricular é distribuída em três categorias: i) formação (peso 3,0); ii) experiência profissional e acadêmica (peso 3,0); iii) produção acadêmica (peso 4,0). A partir da leitura dos itens, foram identificadas atividades de extensão nas duas últimas categorias. No âmbito da experiência profissional e acadêmica, o edital pontua a participação em projeto de extensão registrado. Se a participação se dá na condição de coordenador, pontua-se 20 pontos por projeto anual, numa pontuação

máxima de 40 pontos. Se a participação se dá na condição de membro da equipe, pontua-se 10 pontos por projeto anual, numa pontuação máxima de 20 pontos. Tal como se constatou no edital do PPGBA, a tabela de pontuação, no edital do PPGSS, pontua a participação em projetos de extensão com os mesmos valores da participação em pesquisas acadêmicas. Além disso, também se destaca o fato da tabela pontuar, nessa categoria, a ministração de cursos de curta duração (1 ponto por curso, numa pontuação máxima de 2 pontos). Desse modo, infere-se que o edital também valoriza a organização de cursos de extensão, o que não se observou explicitamente nos demais editais analisados. Quanto à produção acadêmica, pontuam-se itens que possivelmente se relacionam a eventos de extensão, tais como: participação em Comissão organizadora de eventos científicos (5 pontos por evento, numa pontuação máxima de 10 pontos); palestras ou conferências proferidas (5 pontos por atividade, numa pontuação máxima de 10 pontos); participação em mesas de discussão (2,5 pontos por atividade, numa pontuação máxima de 10 pontos); monitoria em eventos científicos e de extensão (1 ponto por evento, numa pontuação máxima de 5 pontos). Ainda na categoria produção acadêmica, vale mencionar que, a exemplo do que se identificou em outros editais, pontua-se a participação em cursos de extensão (2 pontos por curso, numa pontuação máxima de 10 pontos) e em minicursos (1 ponto por minicurso, numa pontuação máxima de 5 pontos) na condição de cursista. Também seguindo a tendência dos outros editais, as maiores pontuações, nessa categoria, estão situadas na publicação de livros (80 pontos por obra de autoria individual), artigos (60 pontos por artigo de autoria individual em periódico de classificação Qualis A), capítulos (40 pontos por capítulo de autoria individual) e organização de coletâneas com ISBN (50 pontos por organização individual).

Numa análise geral dos seis editais, conclui-se que não há uniformidade no tratamento e na valorização conferida às atividades de extensão na análise curricular. Apesar dessa diversidade, é possível identificar três posturas predominantes: i) não inclusão da extensão; ii) inclusão indireta ou residual da extensão; iii) inclusão da extensão em categorias e/ou itens específicos. No Quadro 5, os editais são distribuídos de acordo com suas respectivas posturas:

Quadro 5: Posturas dos editais quanto à inclusão da extensão na análise curricular

Postura	Editais
Não inclusão da extensão	Edital PPGFISICA/UFPE nº 01/2025
Inclusão indireta ou residual da extensão	Edital PPGCC/UFPE nº 02/2025
	Edital PPGEP/UFPE nº 04/2025
Inclusão da extensão em categorias e/ou itens específicos	Edital PPGBA/UFPE nº 02/2025
	Edital PPGCB/UFPE nº 02/2025
	Edital PPGSS/UFPE nº 01/2025

Fonte: elaboração própria.

Ao correlacionar as posturas com as grandes áreas do conhecimento dos PPGs, é possível perceber que, nos editais analisados, os programas das áreas de Engenharias e Ciências Exatas e da Terra foram aqueles que apresentaram menor valorização da extensão na análise curricular dos processos

seletivos. Os programas das áreas de Ciências Biológicas e Ciências Sociais Aplicadas, por sua vez, conferiram maior atenção no tocante às atividades extensionistas em seus editais. Embora esse resultado possa indicar possíveis tendências de posturas das áreas do conhecimento em relação à valorização da extensão, conclusões mais representativas e generalizantes somente podem ser alcançadas em estudo mais amplo, envolvendo editais de outros PPGs.

Em relação especificamente aos três editais que adotam a postura de inclusão da extensão em categorias e/ou itens específicos, é necessário salientar que cada um valoriza de forma distinta as atividades extensionistas. Enquanto os editais do PPGBA e do PPGSS pontuam da mesma forma a participação em projetos de pesquisa/iniciação científica e a participação em projetos de extensão, o edital do PPGCB confere maior peso às atividades de pesquisa. Também chama atenção o fato de que, diferentemente do edital do PPGBA, que valoriza apenas a atuação em atividades de extensão desenvolvidas na área do programa, os editais do PPGCB e PPGSS não fazem tal restrição, de modo que se infere que estes últimos incluem na pontuação a atuação do candidato em atividades de extensão interdisciplinares.

Considerações finais

Este estudo buscou refletir sobre a articulação entre a extensão e a pós-graduação. A partir de uma análise documental de editais de seleção de discentes nos PPGs mais bem conceituados da UFPE, foi possível constatar que, embora as novas diretrizes de avaliação da pós-graduação no Brasil incentivem o desenvolvimento da extensão nessa etapa do processo formativo, ainda não há, nos editais analisados, um efetivo reconhecimento do valor da extensão.

Ainda que a presença e a valorização da extensão em editais de seleção da pós-graduação não garantam, por si só, uma centralidade real desse eixo na formação de discentes, elas são um indicativo do valor simbólico conferido pelos PPGs a essa atividade acadêmica. Sendo assim, estudos de maior amplitude podem contribuir para a construção de um cenário efetivo dessa valorização, o que pode colaborar com os esforços institucionais de integrar a extensão no cotidiano da pós-graduação.

Referências

BOWEN, Glenn A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**, Bingley, v. 9, n. 2, p. 27–40, 2009. DOI: 10.3316/QRJ0902027.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Diretrizes comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu**. Brasília: CAPES, 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19052025_20250502_DocumentoReferencial_FICHA.pdf. Acesso em: 08 fev. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029**. Brasília: CAPES, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/14072025_PNPG_20252029_FINALV3.pdf. Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Extensão em participação social**: documento de referência. Brasília, 2025c. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/extensao_em_participacao_social.pdf. Acesso em: 08 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 out. 2025.

CASARIAN, Fabiana; ALCANFOR, Silvia Keli de Barros. A Extensão Universitária na pós-graduação: construindo pontes para a transformação social. **Revista Dialogos**, Brasília, v. 24, n. 1, set. 2025. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rdl/article/view/15716>. Acesso em: 04 nov. 2025.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária**: trajetórias e desafios. Santa Maria, RS: Editora PRE-UFSM, 2020. 96 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK - Sandra de Deus - Extensao Universitaria.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária**: para quê? 2017. São Paulo: Instituto Paulo Freire, fev. 2017. Disponível em: https://eba.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

SILVEIRA, Hélder Eterno da; FERREIRA, Olgamir Amância. Extensão na pós-graduação: avanços necessários para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 1-22, 2024. DOI: 10.14393/REE-v23n12024-73722. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/73722>. Acesso em: 16 out. 2025.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.